



Valor Econômico – 11 Mar 2004

## **Dilma prepara decretos para segunda etapa da reforma do setor elétrico**

A segunda etapa da regulamentação do setor elétrico começará com a publicação de decretos que criarão a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), conhecida como "pool" de energia, e a Empresa de Pesquisa em Energética (EPE). Também haverá, por meio de decreto, mudanças na governança do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), disse ontem, ao Valor, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Ela acredita que poderá iniciar a publicação dos decretos, portarias e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) assim que as medidas provisórias 144, com as novas regras do setor, e 145, que cria a EPE, sejam aprovadas pela Câmara dos Deputados.

A expectativa da ministra é de que as MPs sejam aprovadas ainda hoje e que sigam para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Nesta etapa de regulamentação, vamos chamar todos os agentes para conversar e receber novamente sugestões", disse Dilma.

"Seguramente toda a regulamentação do setor estará concluída até o fim de abril", afirmou a ministra. " Nós estimamos que as medidas provisórias seriam aprovadas no Congresso Nacional em março, o que efetivamente ocorreu. Então, estamos dentro do cronograma estipulado", observou.

Ela disse que muitos pontos que não foram contemplados na lei poderão ser agora regulamentados via decretos. "Esse modelo é como um quebra-cabeças, que só faz sentido se todas as peças se encaixarem", disse a ministra.

Ela explicou que, além da política de comercialização, também está sendo costurado pelo governo, simultaneamente, uma política de relacionamento com o meio-ambiente, coordenada pelo Palácio do Planalto. O objetivo da ministra é licitar somente projetos de geração com licenciamento ambiental prévio.

A ministra disse também que está disposta a ouvir distribuidoras, geradoras, produtores independentes, grandes consumidores e auto-produtores de energia". Segundo Dilma, as reuniões com os agentes serão coordenadas pelo secretário-executivo do ministério, Maurício Tolmasquim.

Os investidores do setor elétrico receberam de forma positiva a informação de que serão ouvidos para as decisões da nova etapa de regulamentação. "O mais importante do novo modelo é o seu detalhamento", declarou o presidente da Associação dos Produtores Independentes de Energia (Apine), Eric Westberg.

"Nós já imaginávamos que seríamos chamados a participar desta etapa", completou. Para ele, o novo modelo exige um detalhamento cuidadoso para atrair recursos. "Nós protocolamos emenda que exigia a realização de audiências públicas, antes da publicação dos decretos, que foi rejeitada. Achemos positivo participar de novas reuniões porque acreditamos que transparência é essencial".

O presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, disse - antes de saber das declarações da ministra - que esperava ser chamado para participar da próxima etapa da regulamentação. "O objetivo do governo é o mesmo que o nosso, de fazer com que o setor passe a ser atrativo."

Sales disse que não acredita em grandes mudanças nesta próxima etapa, mas que espera pequenos avanços. "A lei é a lei e não pode ser mudada. Mas ela não se propõe a ser o único instrumento de regulamentação. Ainda falta um conjunto de leis e decretos para concluí-lo", disse.

Sales ainda espera conseguir, nesta próxima fase, atender ao principal pleito das distribuidoras, de repasse integral dos custos de aquisição da energia. " A distribuidora é 100% regulada. Então, se ficar exposta ao mínimo, pode vir a quebrar".

Sales considerou um "avanço importante" o acordo fechado no Senado, de classificar como energia nova toda a energia em operação desde 2000, e não mais a partir de 2003, como havia sido aprovado na Câmara. Também considerou positiva a possibilidade dos agentes comercializarem energia até 2006 com flexibilização do prazo de entrega em até cinco anos.